



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**6ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 26 e 27 de novembro de 2024

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

1 **Abertura e boas-vindas à 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2024.** A Sra. Elisabetta
2 Recine, Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
3 (Consea), confirmou que o Plenário apresentava quórum mínimo para iniciar os
4 trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando a pauta
5 prevista para os dois dias de trabalho. A Presidenta do Consea procedeu à leitura da
6 **Pauta Proposta:** Dia 26/11/2024 – manhã, 09h00: Abertura e Boas Vindas; 09h15 –
7 10h45: Diálogos sobre temas tratados pelo CONSEA em 2023-2024 e devolutiva do
8 Governo Federal. Mesa 1: Combate à fome e o Sistema Nacional de Segurança
9 Alimentar e Nutricional – Secretaria Extraordinária de Combate à Fome (SECF) do
10 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) -
11 Compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Cisternas, Programa
12 Nacional de Cozinhas Solidárias e Programa Alimenta Cidades – Secretaria Nacional de
13 Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS - Programa Nacional de
14 Alimentação Escolar (PNAE) - Coordenação-Geral do Programa Nacional de
15 Alimentação Escolar do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE)
16 do Ministério da Educação (MEC) - Agenda Internacional em Soberania e Segurança
17 Alimentar e Nutricional – Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e Nutricional
18 (CGSAN) do Ministério das Relações Exteriores (MRE). 10h45-12h45 Mesa 2: -
19 Agricultura Familiar, Abastecimento, Compras Públicas, Terra e Território – Ministério
20 do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) - Alimentação Adequada e
21 Saudável – Ministério da Saúde - População Negra, Povos Indígenas e Povos e
22 Comunidades Tradicionais - Ministério da Igualdade Racial (MIR) - Ministério do Meio
23 Ambiente e Mudança do Clima (MMA) - Ministério dos Povos Indígenas (MPI) 12h45 –
24 13h00: Orientações sobre reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho (GTs). Dia
25 26/11/2024 – tarde – Sessão Plenária e Reunião das Comissões Permanentes (CPs),
26 Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE) e Grupos de Trabalho, 14h00 –
27 15h00: III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PlanSAN. 15h00 –
28 17h30: Reunião das CPs e CPCE (ver documento “Pauta das Comissões e GTs”). 17h30
29 – 19h00: Reunião dos Grupos de Trabalho (ver documento “Pauta das Comissões e
30 GTs”). Dia 27/11/2024 – manhã, 8h30-12h00: Reunião das CPs e CPCE. Tarde, 14h00 –
31 15h00: Pronunciamento Ministerial, 15h00 - 17h00: Relato das CPs, GTs e CPCE e
32 deliberações da Plenária, 17h00 – 17h30: Balanço e institucionalidades – Secretaria
33 Executiva do Consea, 17h30 – 18h00: Informes. A sessão foi aberta pela Sra. Elisabetta
34 Recine, Presidenta do Consea, que iniciou os trabalhos dando boas-vindas a todos os
35 presentes, destacando a presença de novos representantes da sociedade civil e
36 ressaltando a importância da plenária como a última do ano e da atual composição do
37 Conselho. A Presidenta fez reflexões sobre os desafios e conquistas do Consea no
38 período de 2023 a 2024, destacando a reconstrução dos espaços de diálogo entre
39 governo e sociedade civil, a realização da 6ª Conferência Nacional e os avanços na
40 implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).
41 Enfatizou também a elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e
42 Nutricional, sob responsabilidade da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
43 Nutricional (Caisan), com facilitação da SECF e à Pobreza do MDS. A Presidenta
44 ressaltou os desafios enfrentados pelos movimentos sociais, pelo governo federal e
45 pelos Conselhos, destacando a necessidade de análise contínua do cenário nacional e
46 internacional. Foram apontadas ameaças como negacionismo, xenofobia, racismo e

47 homofobia, além das dificuldades impostas por um Congresso conservador e de
48 interesses econômicos que impactam negativamente a segurança alimentar. Também
49 foi discutida a necessidade de ampliar e aprimorar estratégias para enfrentar todas as
50 expressões de racismo e desigualdade social, com foco na segurança alimentar e
51 nutricional, soberania alimentar e justiça climática e tributária. Foram reforçadas
52 demandas por mobilização de recursos públicos e tributação mais justa sobre grandes
53 fortunas e empresas multinacionais. A Presidenta apresentou a pauta da plenária,
54 destacando sua estrutura dividida em dois blocos: Primeiro Bloco - Combate à Fome e
55 Sisan e Segundo Bloco - Agricultura Familiar, Alimentação e Povos Tradicionais. Foram
56 apresentados os encaminhamentos da tarde, incluindo a discussão sobre o terceiro
57 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reuniões das comissões
58 permanentes e da comissão de presidentes estaduais. Foi reforçada a importância da
59 documentação dos trabalhos do Consea para subsidiar a nova composição do
60 Conselho. O segundo dia da plenária foi reservado para continuidade dos trabalhos
61 pelas comissões. A Presidenta consultou a plenária sobre eventuais ajustes na pauta. A
62 Sra. Valéria Burity solicitou que os painéis do Brasil Sem Fome e da Escala Brasileira de
63 Insegurança Alimentar (EBIA) fossem apresentados no início da tarde. Não havendo
64 outras manifestações, a pauta foi aprovada e os trabalhos seguiram conforme a
65 programação estabelecida. **Ponto de Pauta: Combate à fome e o Sistema Nacional de**
66 **Segurança Alimentar e Nutricional.** A presidente do Consea convidou a representação
67 da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e Pobreza do MDS e da Secretaria de
68 Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) para debater temas relacionados a compras
69 públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cisternas, cozinhas solidárias e
70 Alimenta Cidades. A palavra foi concedida à Sra. Valéria Burity, Secretária
71 Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome/MDS. A Sra. Valéria iniciou sua
72 exposição destacando o esforço do Consea e da Caisan na mobilização dos ministérios
73 para obter respostas integradas. Informou que, devido ao curto prazo, algumas
74 representações ministeriais não puderam comparecer, justificando a ausência do MPI.
75 No entanto, relatou a realização de reuniões para garantir a inclusão de ações voltadas
76 a povos indígenas e comunidades tradicionais no Plano Nacional de Segurança
77 Alimentar e Nutricional. A secretaria destacou ainda a baixa histórica de respostas
78 integradas dos ministérios às recomendações do Consea, com média de apenas 20 a
79 25% de retorno. Contudo, enfatizou os esforços para incorporar as recomendações na
80 estrutura governamental e apresentou as principais recomendações encaminhadas ao
81 governo, incluindo aquelas sobre o Sisan, Brasil Sem Fome, vigilância alimentar e
82 proteção social. A exposição seguiu abordando a situação do Sisan no início da atual
83 gestão, destacando a necessidade de reativação do Consea, da Caisan e do processo de
84 conferências interrompido desde 2019. Foram apresentadas as principais ações para
85 reestruturação do Sisan, incluindo: Retomada do Consea e Caisan; Expedição de 47
86 recomendações pelo Consea em 2023 e 2024; Realização de cinco reuniões de pleno
87 ministerial da Caisan, com participação do presidente em exercício em uma delas;
88 Elaboração do programa Brasil Sem Fome e aprovação do Plano Nacional de
89 Abastecimento; Implementação de estratégias de prevenção da obesidade e redução
90 de desperdício alimentar; Reuniões periódicas para planejamento e mobilização
91 intersetorial; Crescimento das adesões municipais ao Sisan, totalizando 1.366
92 municípios, abrangendo cerca de 50% da população brasileira. Ademais, foi ressaltada
93 a importância do fortalecimento das instâncias federativas e da formação de atores do

94 Sisan, incluindo: Realização de ciclos de diálogo com média de 400 participantes por
95 encontro; Desenvolvimento de trilhas de formação com materiais disponíveis;
96 Elaboração de manuais e novos materiais para 2025; Discussão sobre financiamento
97 do Sisan e estratégias normativas para regulamentação. No campo da vigilância
98 alimentar, foram apresentadas iniciativas como: Parcerias com o IBGE para retomada
99 de pesquisas sobre segurança alimentar; Implementação da EBIA de forma anual;
100 Desenvolvimento do Mapa SAN, com dados detalhados sobre governança e acesso à
101 alimentação; Elaboração de indicador municipal de risco de insegurança alimentar;
102 Monitoramento do estado nutricional de crianças beneficiárias do Bolsa Família;
103 Desenvolvimento de ferramentas digitais para acompanhamento de políticas públicas
104 e planejamento orçamentário. A Sra. Valéria Burity, também destacou que o programa
105 Brasil Sem Fome foi formulado com base nas recomendações do Consea,
106 especificamente as recomendações 1 e 12, com um grau de atendimento entre 80% e
107 90%. A secretaria enfatizou a eficácia das ações integradas do governo federal, o que
108 resultou em avanços significativos no combate à fome e à pobreza. O indicador da FAO
109 sobre o Mapa da Fome demonstrou que a insegurança alimentar e nutricional foi
110 reduzida, retirando mais de 20 milhões de pessoas dessa condição. Além disso, as
111 taxas de pobreza também apresentaram redução considerável. Outro ponto destacado
112 foi a redução das desigualdades sociais. A fome diminuiu mais em áreas rurais do que
113 urbanas, bem como nas regiões Norte e Nordeste, onde a insegurança alimentar era
114 mais grave. Também houve maior redução nos domicílios chefiados por mulheres e
115 pessoas negras, evidenciando um impacto positivo na equidade social. A secretaria
116 atribuiu esses resultados às políticas sociais e às estratégias econômicas
117 implementadas pelo governo. Dentre as principais iniciativas, destacou-se a ampliação
118 do Cadastro Único para incluir povos indígenas, quilombolas, comunidades ciganas e
119 outros grupos tradicionais. A recomendação 3/2024 do Consea sobre a inclusão de
120 marcadores específicos no Cadastro Único foi acolhida, e a SAGCAD (responsável pelo
121 Cadastro Único) apresentará esse instrumento ao Conselho Nacional de Povos e
122 Comunidades Tradicionais antes da fase de testes. Sobre o Bolsa Família, foi ressaltado
123 o benefício para a primeira infância e para crianças e adolescentes em situação de
124 insegurança alimentar. A nova estrutura do programa inclui uma regra de proteção
125 que permite a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho sem perda imediata
126 do benefício, contribuindo para a redução da fome e da vulnerabilidade social. Outro
127 ponto abordado foi a ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a
128 redução do tempo de espera para sua concessão, resultando em um aumento
129 expressivo de novos benefícios em relação ao período de 2019 a 2022. A previdência
130 rural também registrou o maior número de benefícios concedidos desde 2013,
131 evidenciando o compromisso do governo com a segurança alimentar e a justiça social.
132 Foi mencionada a retomada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluindo a
133 expansão dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de
134 Rua (Centros POP), totalizando 228 unidades em funcionamento. A implementação do
135 Protocolo Brasil Sem Fome foi outro destaque, com a integração da Triagem de Risco
136 de Insegurança Alimentar (TRIA) ao Cadastro Único. Essa ação visa identificar
137 indivíduos em situação de insegurança alimentar e garantir sua inclusão em políticas
138 públicas, com a colaboração dos governos federal, estadual e municipal. A secretaria
139 relatou também o esforço de mobilização nos estados e municípios, resultando na
140 assinatura de compromissos de combate à fome por diversas unidades federativas. Foi

141 ressaltado o compromisso de conduzir todas as iniciativas dentro do Sisan, garantindo
142 a integração e coordenação das ações. Duas caravanas foram realizadas nos estados
143 de Alagoas e Pará, com prioridade para o Arquipélago do Marajó, levando informação
144 à população sobre as políticas públicas do governo federal. Por fim, a secretaria
145 informou que o balanço completo do programa Brasil Sem Fome está disponível em
146 link específico, permitindo o acesso detalhado às ações e resultados das iniciativas
147 conduzidas pelos 24 ministérios envolvidos no programa. A palavra foi passada para
148 Lilian Rahal, Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, para
149 apresentação do conjunto de políticas e programas sob responsabilidade da SESAN.
150 Lilian saudou todos os presentes e deu início a apresentação destacando a necessidade
151 de recomposição orçamentária e estrutural de programas essenciais como o PAA, o
152 Programa Cisternas e outros ligados à segurança alimentar. Houve uma orientação
153 para direcionar ações para populações mais vulneráveis, incluindo povos indígenas e
154 comunidades tradicionais. Em relação ao PAA, destacou-se que o programa foi
155 recomposto e renomeado em 2023, após ter sido extinto no período de 2019 a 2022.
156 O orçamento de 2023 foi o maior da história em valores nominais (aproximadamente
157 R\$ 1,1 bilhão), mas sofreu redução em 2024 (R\$ 379 milhões, posteriormente
158 ampliado para cerca de R\$ 500 milhões). As prioridades do programa foram
159 redefinidas para beneficiar agricultores do Cadastro Único, mulheres, assentados,
160 jovens, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Houve avanço na
161 implementação do PAA Indígena e Quilombola, garantindo recursos exclusivos e apoio
162 logístico aos estados. A vinculação do PAA ao Sisan resultou em uma ampliação
163 significativa do número de municípios aderidos. Quanto ao Programa de Cisternas
164 destacou-se seu retorno em 2023, após um período de descontinuidade e desmonte.
165 Foram realizados editais em parceria com a sociedade civil, estados e o BNDES para
166 execução de cisternas em diversas regiões. Além do semiárido, ações foram
167 expandidas para a região Norte, em resposta às mudanças climáticas e à insegurança
168 hídrica. Publicações comemorativas dos 20 anos do programa foram lançadas,
169 incluindo livros e vídeos sobre os impactos positivos da iniciativa. Já a Estratégia
170 Alimenta Cidades foi criada para atender a crescente população em situação de
171 insegurança alimentar nas cidades. Em 2024, iniciou-se a implementação com adesão
172 de 60 municípios, incluindo todas as capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes.
173 O programa prioriza territórios com altos índices de população em situação de rua e
174 busca ações coordenadas para melhorar o acesso a alimentos saudáveis. Em relação
175 ao eixo da Agricultura Urbana foi destacado que há um grupo de trabalho
176 interministerial composto pelo MDS, MMA, MDA e Ministério do Trabalho e Emprego
177 (MTE). Em 2024, a coordenação esteve sob responsabilidade do MDS, e em 2025
178 passará para o MDA. Esse grupo tem avançado na implementação da agenda de
179 agricultura urbana, promovendo um diálogo constante com a sociedade civil. A partir
180 da publicação do decreto, houve avanços na organização e estruturação de uma
181 agenda específica para a agricultura urbana no governo federal. Sobre o Programa
182 Cozinhas Solidárias foi relatado que, em 2024, o programa Cozinhas Solidárias teve
183 avanços significativos, incluindo o fornecimento de alimentos do PAA para diversas
184 cozinhas solidárias espalhadas pelo território nacional. Destacou-se a criação de uma
185 modalidade específica do PAA para atender às demandas dessas cozinhas. Além disso,
186 foi realizado o primeiro edital de chamada pública para apoio às cozinhas solidárias,
187 iniciando-se com as cozinhas do Rio Grande do Sul e posteriormente com um edital

188 nacional. Foi feita a habilitação das cozinhas solidárias e credenciamento de entidades
189 gestoras. Foram selecionadas 23 entidades gestoras e 410 cozinhas que passaram a
190 receber apoio do governo federal por meio de termos de colaboração e fomento.
191 Destacou-se o desenvolvimento de um protocolo com o Consea para fortalecer o
192 controle social no programa Cozinhas Solidárias. Destacou-se o avanço na
193 implementação do decreto de ambientes escolares saudáveis, publicado em dezembro
194 do ano passado. O governo está trabalhando com estados e municípios para garantir
195 sua efetivação, com alguns estados já implementando legislações locais para fomento
196 de ambientes alimentares mais saudáveis nas escolas. Foi discutida a publicação da
197 nova cesta básica, assinada em março de 2024 na reunião do Consea com o presidente
198 da República. A definição da cesta básica a partir de alimentos *in natura* e
199 minimamente processados foi destacada como uma grande conquista. O governo tem
200 utilizado essa definição como base para os debates sobre a reforma tributária no
201 Congresso Nacional. O MDS, junto com a sociedade civil, tem trabalhado ativamente
202 na regulamentação da reforma tributária, especialmente no projeto de lei
203 complementar que define a tributação de alimentos essenciais. O Consea segue
204 acompanhando o tema de perto para garantir avanços na isenção e alíquotas
205 reduzidas para alimentos da cesta básica. Foi debatido o avanço do lobby empresarial
206 para a inclusão de alimentos ultraprocessados na alíquota reduzida. O governo tem
207 atuado para garantir que a cada cinco anos seja realizada uma avaliação da cesta
208 básica, priorizando alimentos *in natura* e minimamente processados. Ademais,
209 discute-se a inclusão de produtos da sociobiodiversidade na alíquota zero. Foi
210 apresentada a proposta para a implementação do Programa Pena Justa, que trata do
211 enfrentamento das irregularidades relativas ao DHAA nas prisões brasileiras. Em 2025,
212 pretende-se avançar na formulação de um Programa Nacional de Segurança Alimentar
213 e Nutricional no Sistema Prisional, baseado no Guia Alimentar da População Brasileira,
214 sob coordenação do Ministério da Justiça e com acompanhamento do Supremo
215 Tribunal Federal (STF). Informou-se que a Caisan finalizou a discussão sobre a
216 estratégia de prevenção da obesidade, com previsão de aprovação da resolução nos
217 próximos dias e subsequente implementação governamental. Foi finalizada a segunda
218 estratégia intersetorial para redução de perdas e desperdícios de alimentos,
219 coordenada pela SESAN e Embrapa, cujo relatório foi enviado à Caisan para apreciação
220 e aprovação. Foi apresentada a proposta para a construção de um marco de referência
221 de sistemas alimentares e clima para as políticas públicas. O objetivo é lançar esse
222 marco na COP30, alinhado ao Plano Clima e à agenda de segurança alimentar e
223 nutricional. Foi concluída a elaboração das diretrizes para o atendimento de povos
224 indígenas e comunidades tradicionais em programas de segurança alimentar e
225 nutricional, um material desenvolvido pela SESAN em parceria com a CNPCT. O
226 documento será disponibilizado nos sites oficiais e, futuramente, será impresso para
227 ampla distribuição. Em seguida a presidenta do Consea passou a palavra para Daniel,
228 representante do PNAE. Daniel ressaltou a importância da participação efetiva do
229 PNAE no Consea, visto que este é o órgão central e consultivo do programa em nível
230 nacional. Destacou-se a necessidade de formalizar essa participação para fortalecer o
231 Consea como instância consultiva dentro do marco legal do PNAE. Na sequência, foi
232 feito um balanço das demandas trazidas pelo Consea na reunião de agosto. Em relação
233 ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi informado que o Fundo Nacional de
234 Desenvolvimento da Educação (FNDE) encaminhou uma manifestação favorável ao

235 MEC. O atual edital do PNLD (2026-2029) já incorpora o Guia Alimentar como
236 referência para a elaboração de materiais didáticos, garantindo que as informações
237 sobre alimentação e nutrição estejam alinhadas a essa diretriz. Sobre o orçamento
238 para 2025, foi relatado que o FNDE propôs uma correção dos valores per capita com
239 base no IPCA, o que elevaria o orçamento do PNAE para R\$ 6,7 bilhões. No entanto, a
240 Lei Orçamentária enviada ao Congresso Nacional manteve o orçamento em R\$ 5,5
241 bilhões, sem a correção esperada. Foi informado que está em andamento um estudo
242 técnico para avaliar os custos mínimos de uma refeição de qualidade em diferentes
243 regiões e realidades do Brasil. Esse estudo subsidiará futuras recomendações sobre
244 reajustes anuais e ampliação de valores diferenciados para comunidades tradicionais.
245 Quanto ao Projeto de Lei (PL) 3.002/2024, foi informado que o Consea manteve
246 reuniões com a coordenação geral do PNAE e a presidência do FNDE. Atualmente, o PL
247 está sob relatoria de uma senadora substituta, que deve solicitar seu arquivamento.
248 Ainda no âmbito da política nacional de alimentação escolar, foi anunciada a realização
249 do Encontro Nacional do PNAE nos dias 4 e 5 de fevereiro, com participação do
250 Consea. Por fim, foi mencionada a inclusão de ações de Educação Alimentar e
251 Nutricional (EAN) no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a partir de 2025. Com
252 essa mudança, escolas poderão utilizar recursos para iniciativas pedagógicas
253 relacionadas à educação alimentar, incluindo aquisição de materiais e manutenção de
254 hortas escolares. Além disso, o Plano de Ações Articuladas (PAAR) passará a
255 contemplar essas iniciativas dentro de seu ciclo trienal, permitindo destinação de
256 emendas parlamentares para essa finalidade. Por fim, Daniel reafirmou o compromisso
257 de manter o diálogo aberto com o Consea e colocou-se à disposição para novas
258 discussões e encaminhamentos. Assim, a palavra foi passada para a senhora Laura,
259 representante da Coordenação-Geral de SAN/MRE. Laura iniciou com uma exposição
260 sobre a importância da implementação das recomendações do Consea no âmbito
261 internacional. Foi ressaltado que o MRE tem feito esforços concretos para incorporar
262 tais recomendações em sua atuação. Foi discutido o lançamento oficial da Aliança
263 Global contra a Fome durante a cúpula do G20, com 148 membros fundadores, entre
264 os quais 82 países, organismos internacionais, instituições financeiras e organizações
265 não governamentais. O site oficial da Aliança foi apresentado, contendo informações
266 sobre funcionamento, adesão e compromissos assumidos pelos membros. Foi
267 ressaltado o momento atual de conformação do mecanismo de apoio, que contará
268 com um secretariado operando a partir da FAO em Roma, com ramificações no Brasil,
269 Washington, Addis Ababa e Bangkok. Atualmente, o governo brasileiro exerce a
270 função de secretariado provisório, enquanto a estrutura de governança está sendo
271 estabelecida. Também foi destacado o reconhecimento da Aliança no Comitê de
272 Segurança Alimentar Mundial (CSA), fortalecendo sua incidência internacional. O Brasil
273 tem apoiado a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos
274 Camponeses e Trabalhadores Rurais (UNDROP) e colaborado com países como a
275 Colômbia para fortalecer a pauta da agricultura familiar e dos direitos dos camponeses
276 em instâncias internacionais. No Comitê de Segurança Alimentar Mundial, o Brasil
277 apoiou a proposta colombiana de convocar uma Conferência Internacional sobre
278 Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária. O conceito de soberania alimentar foi
279 discutido, reconhecendo-se sua importância para o Brasil, ao mesmo tempo em que se
280 destacou a necessidade de evitar que ele seja utilizado como justificativa para medidas
281 protecionistas. A senhora Laura também apontou que o Ministério das Relações

282 Exteriores e a Agência Brasileira de Cooperação estão trabalhando para viabilizar a
283 participação da sociedade civil em debates internacionais. Foram mencionadas
284 iniciativas de capacitação, como as organizações preparatórias para a COP, e o esforço
285 interno do Itamaraty para ampliar a inclusão da sociedade civil em diferentes setores
286 da diplomacia. Eventos previstos para o próximo ano incluem a presença do Brasil na
287 presidência dos BRICS, do Mercosul, a organização da 2ª Conferência Global da
288 Coalizão de Alimentação Escolar e a comemoração dos 80 anos da FAO. A senhora
289 Elisabetta Recine agradeceu a fala da senhora Laura e antes de abrir a palavra para a
290 plenária fez alguns apontamentos iniciais. Destacou a baixa taxa de resposta às
291 recomendações feitas pelo Conselho e informou que a Mesa Diretiva irá elaborar um
292 documento estratégico para a próxima composição do Consea, abordando não apenas
293 o formato das recomendações ao governo federal, mas também a estratégia de
294 monitoramento. Pontuou que, desde a recomposição do Consea, havia o objetivo de
295 que as Comissões Permanentes (CPs) realizassem esse monitoramento, porém, devido
296 a desafios operacionais, isso não foi executado conforme esperado. Ressaltou a
297 necessidade de aprofundar essa reflexão e deixá-la registrada para futuras
298 composições do Conselho. Destacou, ainda, a importância de se considerar a
299 complexidade dos desafios atuais, como as desigualdades sociais, questões climáticas
300 e a situação dos povos e comunidades tradicionais. Salientou que o Consea deve atuar
301 não apenas na retomada de políticas públicas, mas também na construção de
302 estratégias para o presente e o futuro. Em seguida, reforçou a relevância do Programa
303 Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfatizando que o Consea se coloca como um
304 espaço de discussão e proposição para esse programa, que é fundamental para a
305 segurança alimentar e nutricional, a redução das desigualdades e o acesso à
306 alimentação saudável. A Presidenta também mencionou a necessidade de retomar
307 uma estratégia articulada para a atuação internacional do Brasil em segurança
308 alimentar e nutricional, incluindo ações humanitárias, cooperação e incidência em
309 espaços multilaterais. Reforçou que tal iniciativa traria consistência e permanência ao
310 processo de participação internacional do país nessa agenda. Dando sequência, abriu a
311 palavra para manifestações dos conselheiros. A senhora Sônia Salviano (Representante
312 da Rede IBFAN) reforçou a importância da Resolução 01, que recomenda ao Ministério
313 da Saúde e ao Itamaraty o encaminhamento de uma proposta de resolução para a
314 Assembleia Mundial da Saúde sobre o controle do marketing digital prejudicial à
315 amamentação. Ressaltou a necessidade de empenho do Itamaraty para que a proposta
316 seja apreciada na reunião de janeiro do Comitê Executivo, enfatizando a importância
317 de manter a menção a bicos, chupetas e mamadeiras no texto da resolução. Na
318 sequência, a senhora Mariana Santarelli (Representante da FIAN Brasil) destacou os
319 avanços na valorização dos povos indígenas e quilombolas no Programa de Aquisição
320 de Alimentos (PAA), salientando a necessidade de avançar na facilitação das compras
321 públicas desses grupos para o PNAE. Propôs a retomada do Grupo de Trabalho dentro
322 do Comitê Gestor do PNAE para esse fim. Pontuou também a importância de manter o
323 Consea como um espaço de controle social do PNAE, dado seu histórico de
324 acompanhamento da política de alimentação escolar. Em relação ao Sisan, reforçou a
325 necessidade de avançar no desenho do financiamento do sistema e indicou a urgência
326 de uma proposta de projeto de lei sobre o tema. Salientou que, para estruturar o Sisan
327 de forma eficiente, é essencial garantir uma estratégia de financiamento adequada.
328 Por fim, apontou que, apesar dos avanços em estratégias e programas, ainda há

329 desafios relacionados ao orçamento. Destacou que, no ano corrente, o Consea não
330 conseguiu monitorar e incidir sobre o orçamento de forma qualificada, e indicou que
331 essa deve ser uma prioridade para o próximo ano. A senhora Rita, Presidente do
332 Consea de Santa Catarina, destacou a importância do PAA no estado, ressaltando que
333 está sendo finalizada a operacionalização de R\$ 10 milhões com a participação de 130
334 municípios. No entanto, expressou preocupação sobre a falta de previsão de novos
335 recursos para o próximo ano, o que pode impactar negativamente o avanço do
336 programa e da adesão ao Sisan. A senhora Lilian Rahal (SESAN/MDS) respondeu que
337 não há definição sobre cortes no orçamento do PAA para Santa Catarina e que o
338 Ministério ainda está avaliando os recursos para 2025. Informou também que a
339 prioridade é resolver o déficit orçamentário de 2024, que teve um cancelamento de R\$
340 67 milhões e um bloqueio de R\$ 42 milhões. A senhora Marli, representante do Fórum
341 Nacional de Reforma Urbana, ressaltou a necessidade de articulação do Conselho
342 Nacional das Cidades para discutir o orçamento do programa Alimenta Cidades,
343 considerando que a maior parte da população em insegurança alimentar grave está
344 nas periferias urbanas. A senhora Lilian Rahal informou que o programa é uma parceria
345 entre MDS, MDA e Ministério das Cidades e que está aberta a dialogar com os
346 movimentos sociais e sociedade civil para fortalecer sua implementação. A senhora
347 Lilian Rahal destacou a importância do acompanhamento orçamentário para avaliar o
348 impacto das políticas públicas. Exemplificou o aumento expressivo do orçamento do
349 Bolsa Família de R\$ 30 bilhões para R\$ 170 bilhões entre 2018 e 2023, resultando na
350 ampliação do atendimento de 13 para 21 milhões de famílias. Destacou também que o
351 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve seu orçamento elevado de R\$
352 3,3 bilhões para R\$ 5,5 bilhões, o que impacta diretamente na segurança alimentar dos
353 estudantes. O senhor Daniel (FNDE/PNAE) informou que está em andamento uma
354 revisão dos valores do PNAE com base nos percentuais de compras estabelecidos.
355 Destacou que a maioria das entidades executoras já atende aos critérios estabelecidos
356 e que será feita uma análise mais detalhada dos custos dos alimentos processados,
357 ultraprocessados e *in natura* para garantir refeições de qualidade com custos
358 acessíveis. A senhora Laura (Coordenação-Geral de Segurança Alimentar e
359 Nutricional/MRE) informou que o Brasil, juntamente com outros países como México,
360 Panamá, El Salvador, Bangladesh e Sri Lanka, está liderando discussões na OMS sobre
361 regulação do marketing digital de substitutos do leite materno. Ressaltou que há
362 desafios em relação à linguagem internacionalmente aceita, mas que o governo
363 brasileiro segue articulando essa agenda. A senhora Laura também destacou que o
364 Itamaraty está alinhado com a estratégia de inserção internacional do direito à
365 alimentação adequada e segue dialogando com outros Ministérios para fortalecer essa
366 pauta em cooperações bilaterais e multilaterais. A senhora Valéria Burity (SECF/MDS)
367 destacou a importância da governança para a efetividade das políticas públicas,
368 mencionando o Sisan como exemplo de estrutura bem-sucedida. Agradeceu ao FNDE,
369 à Sisan, à Secretaria Lilian, ao Daniel e à Laura (MRE) pelo apoio. Foi verificada a
370 presença de representantes do MIR e do MDA, ressaltando a importância da
371 mobilização dos ministérios na devolutiva. **Mesa 2: - Agricultura Familiar,**
372 Abastecimento, Compras Públicas, Terra e Território A presidente anunciou a
373 abertura da segunda mesa de discussão, que abordaria temas referentes a agricultura
374 familiar, abastecimento, compras públicas, terra e território. Convidou para compor a
375 mesa a Secretária Ana Terra Reis, representante do Ministério da Saúde para a agenda

376 de alimentação adequada e saudável, e a representação do MIR. Foi informado que o
377 Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) não poderia comparecer. A
378 Presidenta concedeu a palavra à Sra. Ana Terra Reis, Secretária de Abastecimento,
379 Cooperativismo e Soberania Alimentar do MDA. A Secretaria iniciou agradecendo o
380 convite e justificou a ausência da Secretária Fernanda Machiavelli, que foi chamada
381 para outra agenda ministerial. Informou que sua apresentação seria objetiva,
382 destacando os principais avanços e desafios da pasta. A Secretaria enfatizou os
383 avanços obtidos no semestre, destacando o lançamento da Aliança Global contra a
384 Fome e a Pobreza, que evidencia a importância da agricultura familiar na produção de
385 alimentos e na erradicação da fome. Mencionou também o lançamento do Plano
386 Nacional de Abastecimento Alimentar, do programa Alimento no Prato e do Plano
387 Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), ressaltando a relevância da
388 participação social no fortalecimento dessas políticas. A Secretaria frisou que não há
389 abastecimento alimentar e combate à fome sem reforma agrária, destacando os
390 esforços para garantir terra e território para povos e comunidades tradicionais, sem-
391 terra, povos indígenas e quilombolas. Informou sobre avanços na titulação de
392 territórios quilombolas, com 32 títulos entregues, 71 portarias de reconhecimento e 12
393 decretos declaratórios. Sobre a produção de alimentos, a Secretaria destacou os
394 avanços no Plano Safra para a agricultura familiar, com juros reduzidos para a
395 produção de alimentos e agroecologia. Informou que o Conselho Monetário Nacional
396 autorizou uma nova rodada de PRONAF A, permitindo o reingresso de agricultores no
397 programa. Mencionou também o Programa Mais Alimento, voltado à estruturação da
398 cadeia produtiva do leite. A Secretaria apontou desafios no acesso ao crédito e à
399 assistência técnica, devido à burocracia e à dificuldade de documentação,
400 especialmente para povos e comunidades tradicionais. Ressaltou a importância da
401 unificação de bases de dados entre órgãos como FUNAI e IBAMA para facilitar o acesso
402 ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Sobre abastecimento e comercialização,
403 destacou a participação do MDA na gestão do PAA, com foco no PAA Compra
404 Institucional, para garantir que órgãos federais adquiram produtos da agricultura
405 familiar. Apontou avanços na articulação com Forças Armadas e hospitais para a
406 implementação de chamadas públicas. A Secretaria também mencionou o programa
407 Abastece e Alimenta Territórios, que busca criar centrais populares de abastecimento
408 utilizando imóveis ociosos da União, em articulação com a Secretaria de Patrimônio da
409 União (SPU). Destacou ainda a relevância da agricultura urbana e periurbana como
410 estratégias para a produção de alimentos em espaços urbanos. Ao encerrar, reforçou a
411 necessidade de maior integração das políticas públicas e do papel do Consea nesse
412 processo. Destacou a importância do monitoramento das ações pelo Conselho e a
413 manutenção do caráter popular das iniciativas. Reafirmou o compromisso com a
414 tramitação e aprovação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA)
415 e mencionou a necessidade de garantir que a alimentação da COP30 seja proveniente
416 da agricultura familiar e da sociobiodiversidade. A senhora Lúcia Gratão, representante
417 da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (MS), saudou
418 os presentes e informou a impossibilidade da presença da Coordenadora-Geral devido
419 a outro compromisso no Rio de Janeiro. Agradeceu a oportunidade de participação e
420 destacou que ela e Micaela estariam disponíveis para discutir e esclarecer questões
421 relacionadas à pauta da reunião. Foi apresentada a mais recente publicação do
422 Ministério da Saúde, referente à Portaria sobre incentivo financeiro para promoção da

423 equidade na organização dos cuidados em alimentação e nutrição na atenção primária
424 à saúde. Esse incentivo é de custeio e visa apoiar ações baseadas na Política Nacional
425 de Alimentação e Nutrição (PNAN), sendo repassado diretamente às secretarias
426 estaduais e municipais de saúde. Os objetivos incluem promoção da alimentação
427 adequada e saudável, ações de vigilância alimentar e nutricional, prevenção de agravos
428 e qualificação da força de trabalho. Houve uma ampliação do repasse de R\$ 54 milhões
429 para R\$ 140 milhões, um aumento de 159%. Todos os municípios brasileiros serão
430 contemplados, com valores diferenciados conforme porte populacional, Índice de
431 Vulnerabilidade Social (IVS) e percentual de má nutrição. Em relação a Defesa da
432 Regulação da Comercialização Digital de Substitutos do Leite Materno, o MS e o MRE
433 estão engajados na defesa da resolução para regulação da comercialização digital de
434 substitutos do leite materno. Na 77ª Assembleia Mundial da Saúde, o Brasil
435 apresentou uma declaração conjunta representando 27 países, com expectativa de
436 avanço para apresentação à OMS em 2025. Sobre a Instituição do Comitê Nacional de
437 Amamentação, houve a alteração da Portaria de Consolidação nº 5, criando o Comitê
438 Nacional de Amamentação e o Programa Nacional de Promoção, Proteção e Apoio à
439 Amamentação. O comitê é composto por representantes de diversos órgãos, incluindo
440 Anvisa, OPAS, Unicef, IBFAM e Consea. Componentes do programa incluem a
441 Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, a Rede Brasileira de Banco de Leite Humano,
442 entre outros. Sobre o Monitoramento da Rotulagem Nutricional foi firmada Carta-
443 Acordo entre CGAN, Anvisa, Nupens e IDEC para monitoramento dos rótulos de
444 alimentos e bebidas no Brasil. Objetivo de avaliar regulamentos, apoiar a
445 implementação das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e
446 criar um sistema nacional de monitoramento. Quanto ao Apoio ao Imposto Seletivo, o
447 MS tem apoiado o Ministério da Fazenda (MF) na regulamentação do imposto seletivo.
448 Apoio a emendas sobre bebidas adoçadas e guloseimas na Lei Complementar 68/2024,
449 incluindo redução da alíquota para composições especiais e fórmulas nutricionais
450 destinadas a pessoas com erros inatos do metabolismo. Em relação ao Avanço na
451 Cobertura da Vigilância Alimentar e Nutricional, em 2023, mais de 53 milhões de
452 pessoas tiveram peso e altura aferidos nas unidades básicas de saúde, demonstrando
453 crescimento na cobertura da vigilância alimentar. O preenchimento de marcadores de
454 consumo alimentar foi facilitado com a incorporação ao prontuário eletrônico,
455 resultando em quase 6 milhões de aferições em 2023. A implementação da Triagem
456 para Risco de Insegurança Alimentar (Tria) foi proposta como meta conjunta entre o
457 MS e o MDS. Perguntas da Tria foram inseridas no cadastro individual realizado pelos
458 agentes comunitários de saúde e no prontuário eletrônico, permitindo alerta para
459 vulnerabilidades nutricionais e melhor acompanhamento das famílias em situação de
460 insegurança alimentar. A fala foi finalizada com o convite a todos para participarem da
461 comemoração dos 25 anos da PNAN, nos dias 28 e 29. Foi reforçada a importância da
462 defesa da PNAN como parte da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida,
463 verificou-se a ausência da representação do MMA e passou-se a palavra ao senhor
464 Hudson Lincoln, representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR). Senhor Hudson
465 Lincoln iniciou sua fala destacando a importância do engajamento dos participantes
466 para a construção coletiva das iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial e
467 combate à fome. Apresentou um panorama das ações desenvolvidas pelo MIR,
468 enfatizando a necessidade de criar indicadores e desenvolver estratégias concretas
469 para enfrentamento das desigualdades raciais e sociais. O MIR tem atuado em

470 interface com diversos ministérios, como o MMA, o MDS e o MDA, buscando construir
471 uma agenda de combate à fome e à pobreza com enfoque na equidade de gênero e
472 raça. Foi destacado o desafio de mapear e cadastrar os grupos mais vulnerabilizados
473 para garantir a implementação eficaz das políticas públicas. As ações visam não apenas
474 identificar esses grupos, mas também criar estratégias para superar as dificuldades
475 enfrentadas por eles. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola
476 (PNGTAQ) foi apresentada como um instrumento fundamental para fortalecimento
477 dos territórios quilombolas e comunidades tradicionais. As Ações de Gestão Territorial
478 e Ambiental Quilombola (GTAQs) estão sendo implementadas com foco na gestão
479 territorial e ambiental, incluindo planos de adaptação climática e mitigação dos efeitos
480 das mudanças climáticas. Foram destacados dois editais voltados ao fortalecimento de
481 territórios tradicionais: Edital Mãe Gilda: Apoio ao desenvolvimento da agroecologia
482 nos territórios, promovendo segurança alimentar e desenvolvimento territorial. Edital
483 Sabores e Saberes: Fortalecimento das cozinhas dos povos tradicionais de matriz
484 africana e das comunidades de terreiro, visando a segurança alimentar e distribuição
485 de alimentos. Foi ressaltada a necessidade de reconhecimento das comunidades
486 tradicionais nas bases de dados do Cadastro Único, bem como a importância da
487 formação de gestores municipais, estaduais e federais para a promoção da igualdade
488 racial. Foi apresentada a proposta de incluir o ODS-18 como um instrumento para
489 monitoramento de indicadores de igualdade racial e combate ao racismo no contexto
490 da segurança alimentar e da pobreza. O programa foi retomado em 2023, com
491 aumento do benefício de R\$ 300 para R\$ 600 por trimestre, beneficiando 42 mil
492 famílias e totalizando um repasse de R\$ 80 milhões. A ação está alinhada com a
493 PNGTAQ e fortalece a titulação de territórios quilombolas. A parceria com o MDS
494 busca ampliar a implementação de cozinhas solidárias voltadas para quilombolas,
495 povos de terreiro e ciganos. Essas cozinhas são consideradas estratégicas para a
496 promoção da segurança alimentar. Foi apresentada a demanda das comunidades
497 tradicionais de matriz africana para a criação da Rota do Bode, visando uma estratégia
498 conjunta do Governo Federal para atender a essa necessidade. Por fim, o senhor
499 Hudson Lincoln se colocou à disposição para esclarecimentos adicionais e reforçou o
500 compromisso do Ministério da Igualdade Racial com o fortalecimento das ações
501 voltadas à segurança alimentar e ao combate à fome. A presidente Elisabetta
502 agradeceu a fala e ressaltou o esforço necessário para a construção de um ministério
503 que articule diversas questões estratégicas, especialmente após a destruição de
504 estruturas anteriores. A presidente destacou a apresentação da Ana, elogiando a
505 forma como ela articulou as ações do MDA e a importância do Plano Nacional de
506 Abastecimento, que representa uma grande conquista e um potencial transformador
507 para as dinâmicas locais. Enfatizou a necessidade de articular diferentes planos, como
508 o terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para garantir
509 resultados sustentáveis. Ela ressaltou que os processos são fundamentais para
510 alcançar os resultados desejados e que a gestão, a implementação e o monitoramento
511 devem manter as qualidades da construção coletiva. A presidente abriu a palavra para
512 a plenária, convidando o senhor Írio Luiz Conti a se manifestar. Írio, especialista em
513 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), agradeceu ao governo e aos diferentes
514 ministérios pela apresentação e pelas ações já implementadas, destacando a
515 importância da articulação entre programas e planos. Também apontou a ausência de
516 discussões sobre os poderes judiciário e o legislativo como uma lacuna que deve ser

517 abordada, sugerindo um trabalho mais próximo com essas instituições para fortalecer
518 o sistema. A senhora Francisca Maria da Silva conhecida como Chica da Silva,
519 parabenizou a volta dos programas e destacou a importância de incentivar os bancos
520 de alimentos e as cozinhas comunitárias. Ela mencionou a situação de insegurança
521 alimentar em sua cidade, Ribeirão das Neves, e a necessidade de qualificação
522 profissional para mulheres, especialmente mães solo, para que possam contribuir para
523 a alimentação escolar e gerar renda na comunidade. A senhora Sra. Lucivanda
524 (Movimento de Mulheres Camponesas) destacou a importância do Consea e os
525 avanços observados nas plenárias, mas também as dificuldades enfrentadas,
526 especialmente pelas mulheres. Criticou a falta de políticas públicas e acesso ao crédito
527 específico para mulheres, mencionando que as iniciativas como o Plano Safra e o
528 Pronaf não contemplam as necessidades das mulheres agricultoras. Relatou a
529 realidade dos pequenos agricultores que não são cooperados e a dificuldade de acesso
530 a políticas públicas, mesmo com o trabalho nos quintais produtivos. Enfatizou a
531 necessidade de reconhecimento e documentação das mulheres agricultoras para que
532 possam ter acesso a dados e políticas. Expressou frustração com a falta de atenção às
533 demandas das mulheres nas políticas apresentadas. A senhora Sônia compartilhou sua
534 alegria com a plenária e elogiou a apresentação da CGAN sobre aleitamento,
535 ressaltando a importância da nutrição materno-infantil. Mencionou a participação da
536 rede IBFAN no G20 Social e a relevância da amamentação no combate à fome. Lucia
537 Gratão destacou a importância dos guias alimentares e a necessidade de garantir
538 alimentação de qualidade para a população, visando a segurança alimentar e a
539 soberania alimentar. A senhora Ana Terra Reis (MDA) agradeceu as interações e
540 reconheceu a urgência de integrar o Judiciário e o Legislativo nas discussões. Abordou
541 a questão dos bancos de alimentos e a necessidade de reduzir desperdícios, além de
542 promover planos municipais de segurança alimentar. Reconheceu a importância da
543 pauta das mulheres e mencionou a linha do PRONAF Mulher como uma das iniciativas
544 para apoiar as mulheres do campo. Lúcia Gratão agradeceu a manifestação da senhora
545 Sônia e destacou a prioridade dada à amamentação e à alimentação complementar
546 saudável, mencionando os avanços planejados para o próximo ano. Senhor Hudson
547 Lincoln (MIR) agradeceu as contribuições de todos os participantes, destacando a
548 importância do diálogo e da troca de experiências. Mencionou sua origem no
549 movimento social e a relevância de levar as discussões para a prática, questionando o
550 que foi discutido e sua aplicabilidade na realidade. Concordou com a necessidade de
551 incidência no orçamento e a importância da atuação do legislativo e judiciário nas
552 políticas públicas. Enfatizou a sensibilidade da ausência do legislativo na articulação
553 das políticas nos territórios e a necessidade de fortalecer essa articulação. Destacou o
554 desafio do governo federal em ampliar a adesão a programas que enfrentem o
555 racismo, a fome, a pobreza e a falta de emprego. Comentou sobre a importância do
556 monitoramento das políticas, ressaltando que quem está na ponta deve sinalizar sobre
557 a eficácia das ações. Informou sobre a agenda de combate à fome e à pobreza com
558 foco em mulheres negras, um acordo de cooperação técnica com 26 ações e um
559 orçamento de 330 milhões, reconhecendo que ainda não é suficiente para atender às
560 as demandas históricas. Reforçou a necessidade de ouvir e interiorizar as políticas,
561 especialmente para as mulheres indígenas, negras e de comunidades tradicionais.
562 Citou a importância de aprender a "voltar para casa", ou seja, levar as contribuições e
563 críticas para o ministério e implementar estratégias que respondam a essas demandas.

564 Destacou a interligação entre segurança alimentar, nutricional e políticas ambientais,
565 mencionando a necessidade de estratégias adaptativas para o futuro. Concluiu
566 ressaltando a urgência de ações para fortalecer a segurança alimentar e nutricional
567 nos territórios e agradeceu a todos pelas contribuições. A senhora Elisabetta Recine
568 agradeceu as pontuações finais de Hudson, considerando-as fundamentais para
569 complementar as discussões. Informou que as orientações sobre as comissões seriam
570 dadas ao final da apresentação do Plano. Lembrou que a reunião retornaria às 14h,
571 com a apresentação do Plano, do painel de acompanhamento do Brasil Sem Fome e do
572 protocolo da EBIA. Agradeceu à Cisan pela organização das mesas, reconhecendo a
573 qualidade das discussões, mesmo com o tempo limitado. Pontuou a ausência de
574 discussões sobre as questões endereçadas ao Legislativo e ao Judiciário, ressaltando a
575 necessidade de dedicar discussões específicas a esses temas. Finalizou agradecendo a
576 todos pela participação e pela discussão produtiva. A reunião foi encerrada com a
577 confirmação do retorno às 14h para continuidade das atividades. **Ponto de pauta**
578 **26/11/2024 – tarde – Sessão Plenária** - A reunião foi aberta pela senhora Elisabetta
579 Recine, que apresentou a pauta do período da tarde e os participantes. A Secretaria
580 Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza, Valéria Burity apresentou dois
581 instrumentos que estão sendo elaborados: um de monitoramento, desdobramento da
582 escala EBIA, e um painel do programa Brasil Sem Fome. Ela agradeceu o espaço e
583 explicou a política de vigilância de segurança alimentar e nutricional do Sisan,
584 destacando a importância de identificar os públicos mais afetados e mobilizar políticas
585 públicas. Posteriormente, o senhor Alexandre Valadares apresentou o painel Brasil
586 Sem Fome, disponível no site do ministério, explicando sua estrutura e
587 funcionalidades. Destacou os principais programas e indicadores disponíveis, como o
588 auxílio-gás e o BPC, e a possibilidade de gerar relatórios por estado e município. Ele
589 também apresentou o painel de indicadores de insegurança alimentar, com foco nos
590 dados da PNAD de 2023. Explicou as funcionalidades do painel, incluindo comparações
591 entre anos, regiões e estados, e a possibilidade de analisar dados por sexo, raça e
592 idade do responsável pelo domicílio. A senhora Valéria sugeriu a abertura para duas
593 perguntas ou comentários. A senhora Milena questionou sobre a limitação do sistema
594 em gerar relatórios apenas em PDF, sugerindo a possibilidade de exportar dados em
595 outros formatos, como Excel, para facilitar a manipulação e apresentação das
596 informações. O senhor Walter levantou a questão da disparidade entre os municípios
597 dentro dos estados e perguntou se há um planejamento para que as informações
598 cheguem até os municípios. A senhora Ana Beatriz da SESAI fez uma pergunta
599 semelhante à de Milena, questionando sobre a possibilidade de acessar o banco de
600 dados e puxar relatórios em Excel. O senhor José Alexandre respondeu que a equipe
601 está disposta a compartilhar a base de dados e que estão estudando a possibilidade de
602 exportar gráficos para Excel, facilitando a manipulação dos dados. Ele também
603 mencionou que a maioria dos dados é gerada pelo IBGE, que não realiza pesquisas
604 com representação para municípios. Informou que foi desenvolvido um indicador de
605 risco de insegurança alimentar grave por município, chamado CadUniSAN, que utiliza
606 dados do CadÚnico. Este indicador está em processo de validação externa e permitirá
607 o mapeamento do risco de insegurança alimentar por município. A senhora Elisabetta
608 Recine sugeriu a criação de uma circular ou tutorial com um passo a passo das
609 informações apresentadas, para facilitar a recuperação dos dados discutidos durante a
610 reunião. A senhora Valéria Burity agradeceu a participação de todos e propôs a

611 continuidade da reunião com a apresentação do terceiro PlanSan. Ela apresentou um
612 panorama detalhado sobre o terceiro PlanSan, destacando a importância de cada um
613 dos anúncios que compõem o plano. Também enfatizou que a redação apresentada
614 ainda está em processo de elaboração e que as contribuições dos participantes são
615 essenciais para aprimorar as estratégias. Os principais anúncios incluem: (1) Combate à
616 Fome: Focado em estratégias intersetoriais, como o Plano Brasil Sem Fome e a
617 Amazônia Sem Fome, visando atender as áreas com maior insegurança alimentar. (2)
618 Abastecimento Alimentar: Coordenado pelo MDA e MDS, com foco em garantir o
619 abastecimento adequado. (3) Acesso à Terra e Água: Desenvolvimento de iniciativas
620 para garantir o acesso a esses recursos essenciais. (4) Sistemas Alimentares e
621 Mudanças Climáticas: Integração de ações de diferentes planos existentes para
622 enfrentar os desafios climáticos. (5) Ações de Segurança Alimentar para Povos
623 Tradicionais: Foco em populações como indígenas e quilombolas, com atenção
624 especial às suas necessidades. (6) Alimentação Adequada e Saudável: Promoção de
625 estratégias para garantir uma alimentação saudável para todos. (7) Sistema de
626 Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan): Criação de um sistema que integre políticas
627 públicas para garantir o direito à alimentação. (8) Direito Humano à Alimentação em
628 Esfera Internacional: Envolvimento do MRE para garantir a promoção desse direito em
629 nível global. A senhora Valéria também apresentou um cronograma para a elaboração
630 do plano, com prazos para contribuições e revisões, e destacou a importância da
631 participação de todos os ministérios e setores envolvidos. A expectativa é que o plano
632 seja aprovado até fevereiro, com a colaboração de todos os participantes nas
633 comissões de trabalho. A presidente Elisabetta Recine, agradeceu à senhora Valéria
634 Burity pela apresentação e abriu espaço para perguntas sobre o que seria discutido a
635 seguir. Ela explicou que cada Comissão de Trabalho (CP) se concentraria em um dos
636 anúncios apresentados, utilizando as perguntas orientadoras como base para a
637 discussão. A equipe da Secretaria-Extraordinária facilitaria as conversas e registraria as
638 memórias das discussões, que seriam compartilhadas com as CPs antes do término do
639 tempo alocado, garantindo que todos estivessem de acordo com o que foi discutido.
640 Elisabetta também lembrou que as notas registradas não seriam apresentadas
641 novamente na plenária da tarde seguinte, reforçando a importância de que cada CP
642 verificasse a precisão do registro. Ela mencionou que, em uma das primeiras plenárias
643 do ano, as CPs já haviam priorizado propostas relacionadas aos seus temas de atuação,
644 destacando que a responsabilidade pelo processo é do governo, mas que o Consea
645 está participando em diferentes momentos. Em seguida, a senhora Marília Mendonça
646 Leão, Secretária-Executiva do Consea, apresentou a organização dos locais das
647 comissões e grupos de trabalho (GTs), informando que a CP1 ficaria na sala 101 do
648 térreo e no auditório, a CP2 na sala 215 do anexo 2, e a CP3 no CECAD, no Laboratório
649 de Informática. Ela também lembrou a todos sobre a importância de terminar as
650 discussões ao meio-dia no dia seguinte e incentivou a troca de cartões entre os
651 participantes. **Ponto de pauta 27/11/2024 – tarde – Sessão Plenária** - A senhora
652 Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, deu boas-vindas aos participantes e destacou
653 a organização do evento pela Secretaria, mencionando os esforços da equipe
654 composta por Marília, Rafaela, July, Elaine Pasquim, Elaine Silva e Marcos. Agradeceu
655 também à Central do Cerrado pela alimentação oferecida. O representante da Central
656 do Cerrado destacou a satisfação de fornecer alimentação para o Consea. Explicou que
657 a Central reúne cerca de 30 empreendimentos no Brasil, promovendo produtos da

658 sociobiodiversidade. Citou a presença de ingredientes como pirarucu das PROC, sucos
659 de umbu e coquinho azedo, pastinha de pupunha da Rede Bragantina, entre outros.
660 Ressaltou a importância de apresentar ao Brasil produtos regionais ainda pouco
661 conhecidos. A Presidenta do Consea enfatizou a necessidade de garantir comida de
662 verdade para todos na COP30, destacando a importância de valorizar a gastronomia da
663 Amazônia e dos biomas brasileiros. A senhora Elisabetta Recine destacou a presença
664 constante do ministro em todas as plenárias realizadas nos últimos dois anos. Reforçou
665 o apoio do governo na reconstrução do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
666 Nutricional, tanto no aspecto financeiro quanto na estruturação da Secretaria do
667 Consea e na realização da 6º Conferência Nacional. Foi informado que o Consea está
668 em processo de renovação da representação da sociedade civil, com a publicação das
669 organizações homologadas prevista para breve. As plenárias por segmento ocorrerão
670 em seguida, e a nova composição entrará em vigor a partir de 28 de fevereiro. O
671 objetivo é encaminhar a lista ao Presidente da República no início do ano. Em parceria
672 com a Secretaria-Extraordinária de Combate à Fome, fez-se uma análise das
673 recomendações enviadas ao Governo Federal e um balanço estratégico das ações
674 implementadas. Destacou-se a mobilização governamental e a presença da digital do
675 Consea nas iniciativas em andamento. Também foi apresentada a evolução do terceiro
676 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando os esforços coletivos
677 para estruturar as políticas públicas. Foi ressaltada a importância do plano como um
678 instrumento de longo prazo, articulado com o programa Brasil Sem Fome. A previsão é
679 de que o texto seja finalizado até fevereiro, com revisões nas instâncias necessárias
680 antes da publicação oficial. Encerrando sua fala, a Presidenta passou a palavra aos
681 ministros para suas considerações finais sobre a plenária e a gestão do Conselho ao
682 longo do período. O senhor Wellington Dias, Ministro do MDS, saudou os presentes e
683 destacou a importância da diversidade alimentar do Brasil, mencionando a riqueza
684 gastronômica encontrada em diferentes regiões do país. O ministro expressou
685 reconhecimento ao trabalho realizado pelo Consea e enfatizou a importância da
686 resistência institucional frente a desafios políticos anteriores. O ministro ressaltou a
687 relevância da reconstrução de programas sociais e apontou a necessidade de maior
688 divulgação dos impactos das políticas públicas. Destacou que, no segundo ano de
689 mandato, avanços foram alcançados, mas ainda há desafios a superar. Foi ressaltado o
690 histórico das políticas públicas de combate à fome no Brasil, relembrando avanços
691 como a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, sob o critério da FAO. Também foi
692 abordado o retrocesso ocorrido nos anos seguintes, culminando no aumento
693 expressivo da insegurança alimentar. Sobre os avanços do Plano Brasil Sem Fome, o
694 ministro destacou alguns pontos: (1) Implementação de ações emergenciais para
695 mitigar a fome, como a Busca Ativa e as Cozinhas Solidárias; (2) Integração com o
696 SUAS, SUS e outros sistemas para ampliar o impacto das medidas adotadas; (3)
697 Resultados expressivos no primeiro ano de governo, com redução de 85% da
698 insegurança alimentar severa; (4) Alcance de 92% das famílias vulneráveis com
699 crianças fora da extrema pobreza; (5) Impacto positivo da política de transferência de
700 renda, com crescimento de 38,6% na renda dos mais pobres e 11,5% na renda geral
701 dos trabalhadores. Quanto a geração de emprego e empreendedorismo, destacou o
702 aumento do emprego formal, com 15 milhões de brasileiros do Cadastro Único
703 contratados, a expansão do empreendedorismo, com mais de 4,6 milhões de novos
704 empreendedores cadastrados, e o impacto direto das políticas de incentivo ao

705 trabalho e renda na redução da pobreza. Sobre a Aliança Global Contra a Fome e a
706 Pobreza, o ministro, pontuou a liderança do Brasil na discussão global sobre fome e
707 pobreza e a criação de uma Conferência Social para monitoramento e avaliação dos
708 avanços da iniciativa. A presidente Elisabetta Recine destacou a importância dos dados
709 sobre a busca de trabalho pelos beneficiários do Bolsa Família e do Cadastro Único,
710 ressaltando a necessidade de desmistificar a ideia de que os beneficiários do programa
711 de transferência de renda se acomodam. Enfatizou que a realidade da pobreza impõe
712 desafios diários e que tais dados devem ser amplamente divulgados. A Presidenta
713 também mencionou a relevância do discurso do Presidente da República durante o
714 G20 Social, onde recebeu a carta da sociedade civil. Destacou a emoção e a força de
715 suas palavras, sublinhando o papel do Brasil na construção de políticas de justiça
716 social. Relatou um episódio envolvendo uma jornalista premiada com o Nobel, que se
717 impressionou com a participação popular e a mobilização social durante o evento. Na
718 sequência, a presidente contextualizou os trabalhos da plenária, ressaltando a
719 devolutiva dos diversos setores do governo sobre as 47 recomendações elaboradas
720 pelo CONSEA nos últimos dois anos. Destacou que o Brasil retornou a um cenário
721 global mais complexo, exigindo uma revisão das estratégias e a adoção de novas
722 abordagens para enfrentar os desafios sociais e econômicos atuais. O Ministro Márcio
723 Macêdo tomou a palavra e cumprimentou todos os presentes, destacando a luta
724 coletiva contra a fome no Brasil e no mundo. Relatou sua agenda intensa no G20 e
725 refletiu sobre como estaria o Brasil caso a política de combate à fome não tivesse sido
726 interrompida nos últimos seis anos. Ressaltou a importância da recriação do CONSEA
727 no primeiro dia do governo do Presidente Lula e atribuiu civil a retirada de 24,5
728 milhões de pessoas da fome ao trabalho conjunto do governo e da sociedade. O
729 Ministro salientou que, apesar dos avanços, ainda existem 8,5 milhões de brasileiros
730 em situação de insegurança alimentar, sendo necessária uma estratégia de busca ativa
731 para incluí-los nas políticas públicas. Reafirmou que erradicar a fome é um
732 compromisso inquebrantável do Presidente Lula e que a participação do CONSEA foi
733 fundamental para os avanços alcançados até o momento. O Ministro também abordou
734 a inserção do tema da fome no G20, destacando que a presença do Brasil na liderança
735 do grupo permitiu pautar discussões sobre justiça social e tributação dos superricos
736 como forma de financiamento de políticas de combate à fome. Ressaltou que as
737 contribuições do CONSEA foram incorporadas aos documentos finais do G20 Social e
738 dos Chefes de Estado. Ao final de sua fala, o Ministro Márcio Macêdo agradeceu o
739 trabalho dos conselheiros e reforçou o compromisso do governo com a segurança
740 alimentar e nutricional. Destacou que a Secretaria-Geral da Presidência é um espaço
741 aberto para a sociedade civil e que a participação popular é essencial para a
742 construção de políticas eficazes. Após sua fala a presidente Elisabetta Recine
743 agradeceu a presença dos ministros e convidou a todos para uma foto de despedida.
744 Em seguida, uma representante indígena presente na plenária solicitou a palavra,
745 sendo acolhida para expressar suas considerações. A Conselheira representante do
746 povo indígena, fez uso da palavra destacando a importância da segurança alimentar
747 atrelada à posse da terra. Ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas
748 ao longo da história e a necessidade de envolvimento direto nas decisões sobre
749 políticas públicas. Enfatizou que a alimentação indígena está diretamente ligada à
750 cultura e à saúde e solicitou maior representação indígena no Consea, reivindicando
751 uma vaga de titularidade. Também destacou a importância do apoio do governo e da

752 sociedade civil para a garantia dos direitos dos povos originários. A Presidenta propôs
753 a reorganização da agenda e convocou as coordenações das CPs e dos GTs para um
754 relato breve sobre os trabalhos realizados nos últimos dois anos e as perspectivas para
755 o futuro. Também foi informado que a Secretaria Extraordinária está organizando um
756 documento para registro das atividades e processos de trabalho. A senhora Mariana
757 Santarelli apresentou a recomendação elaborada pelo GT de Conflito de Interesses e
758 apreciada pelas CPs 1 e 2, referente à cooperação entre o MDS e a Recofarma/Coca-
759 Cola. A recomendação enfatiza a necessidade de estabelecer mecanismos
760 institucionais para identificação, prevenção e gerenciamento de conflitos de interesse
761 na interação do governo com empresas privadas. Foi destacado o impacto negativo do
762 consumo de ultraprocessados na saúde e a necessidade de coerência com as políticas
763 públicas de segurança alimentar e nutricional. A senhora Telma Castelo Branco,
764 representando o Consea Estadual do Rio de Janeiro, manifestou-se contrária à parceria
765 e enfatizou que a medida fere os princípios do Sisan. A recomendação foi colocada em
766 regime de votação e aprovada por unanimidade. A CP4 apresentou recomendação
767 sobre juros e ajuste fiscal. A discussão teve como foco o impacto dessas políticas na
768 segurança alimentar e na manutenção de programas sociais. A conselheira Cidinha
769 apresentou a recomendação proposta pela CP3, para que as diretrizes da política
770 econômica considerem princípios de direitos humanos, direito à alimentação
771 adequada, obrigações socioambientais e climáticas, além da participação social. Os
772 principais pontos incluem: (1) revisão da política de juros, subsídios e renúncias fiscais
773 que impactam negativamente a segurança alimentar e nutricional. (2) promoção de
774 uma política monetária voltada à realização dos direitos humanos. (3) criação de um
775 Conselho Nacional de Política Econômica no âmbito do Ministério da Fazenda para
776 ampliar a participação da sociedade civil. (4) reformulação de isenções fiscais,
777 eliminando benefícios ineficazes e promovendo tributação progressiva sobre renda e
778 patrimônio. (5) aumento de investimentos públicos em áreas sociais, ambientais e
779 climáticas para combater a fome e reduzir desigualdades. Foi aprovada a
780 recomendação para que a Caisan e o MDS promovam esforços intersetoriais para a
781 elaboração de um marco de referência de cultura alimentar para políticas públicas. O
782 GT de Cultura Alimentar apresentou um documento síntese intitulado "Caminhos para
783 Construção do Marco", consolidando os subsídios acumulados nas reuniões e oficinas
784 realizadas. A CPCE destacou avanços na consolidação do Sisan, monitoramento do
785 financiamento público e fortalecimento das cozinhas solidárias. Proposta de criação de
786 um GT específico para financiamento e continuidade da interlocução com a Secretaria
787 Especial de Combate à Fome. A Comissão Permanente CP5 focou no racismo
788 institucional e estrutural como barreiras para o acesso a políticas públicas. Apontou a
789 necessidade de monitoramento mais eficaz das recomendações do Consea e a
790 implementação de mecanismos que garantam a participação e visibilidade das
791 populações negras e tradicionais nas políticas de segurança alimentar. A senhora Cida
792 (CP3) relatou as atividades desenvolvidas pela comissão permanente 3, destacando as
793 dificuldades enfrentadas devido à hospitalização da coordenadora, Vanessa Schotz e a
794 baixa participação de membros devido a outras agendas. Também pontuou a
795 discussão sobre o Plano de Abastecimento, nova cesta básica e aproximação com o
796 FNDE e a importância do PAA, incluindo a necessidade de dotação orçamentária.
797 Houve o debate sobre a RDC 49/2013 e a necessidade de escuta das comunidades
798 tradicionais e sobre o PRONARA. A conselheira fez uma avaliação crítica do Plano Safra

799 e do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Citou a participação do
800 representante da Anvisa na discussão sobre a RDC 49/2013 e a proposta de audiências
801 públicas. E finalizou relatando a proposta para realização do seminário de 20 anos do
802 PAA em 2024. O senhor Edgar Amaral (CP5) apresentou a proposta de uma campanha
803 de sensibilização sobre "Fome e Enfrentamento ao Racismo" com a participação do
804 Consea, MIR, CP5, Caisan e Secretaria-Geral da Presidência. Destacou a necessidade de
805 envolver gestores da Caisan e promover a reflexão sobre dados racializados e apoio à
806 população negra. A senhora Daniela Frozi (CP4) destacou a importância do trabalho da
807 comissão na defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada, o avanço na
808 formação política sobre a agenda de direitos humanos, a criminalização dos
809 movimentos sociais e recomendação sobre o tema, a participação na 77ª Assembleia
810 Mundial de Saúde sobre o marketing de substitutos do leite materno, e fez uma
811 avaliação positiva do Consea no apoio ao governo e necessidade de uma secretaria
812 mais robusta para monitoramento de recomendações. A conselheira finalizou
813 pontuando com uma proposta de aprofundamento das discussões sobre refugiados,
814 imigrantes, LGBTQIA+, trabalhadores de plataforma e Programa de Alimentação do
815 Trabalhador (PAT) e sobre a importância de fortalecer o diálogo com o Legislativo e o
816 Judiciário. A conselheira Laís Amaral, representando a CP2 em nome da senhora Inês
817 coordenadora apresentou uma síntese das atividades da CP2, que trata de ambientes
818 alimentares, alimentação adequada e saudável e nutrição. Destacou-se o cumprimento
819 das tarefas com organização e efetividade, além da necessidade de continuidade das
820 ações. Entre os temas tratados, mencionou-se reforma tributária, conflitos de
821 interesse, composição do CONSEA, monitoramento da execução orçamentária e
822 políticas de SAN. Ressaltou-se ainda a participação da ANVISA para discutir a RDC
823 24/2010 e a importância do CONSEA nas recomendações ao governo. Na sequência, a
824 senhora Elisabetta Recine passou a palavra para a CP1, responsável pelo Sisan. A
825 senhora Mariana Santarelli (CP1) relatou as atividades da CP1, que incluíram a
826 definição de prioridades coletivas, sendo elencados três temas principais:
827 financiamento, pactuação tripartite e adesão das entidades com fins lucrativos.
828 Destacou-se a oficina realizada para construção de consensos sobre o Sisan, bem como
829 a apreciação do relatório final da oficina. Entre as prioridades destacadas para os
830 próximos anos, mencionou-se o projeto de lei sobre o financiamento do Sisan, a
831 necessidade de monitoramento e incidência sobre o orçamento, normatização do
832 Sisan, definição de instrumentos de pactuação federativa e regulamentação da adesão
833 das entidades com e sem fins lucrativos. Também foi enfatizada a importância da
834 prevenção de conflitos de interesse, com a elaboração de uma minuta de normativa
835 para futura discussão. O GT Internacional apresentou suas atividades, incluindo o foco
836 na governança democrática dos espaços de governança internacional da segurança
837 alimentar. Relataram-se iniciativas no Conselho de Segurança Alimentar, Aliança
838 Global Contra a Fome e CPLP. Enfatizou-se a necessidade de ampliar a participação
839 social nesses espaços. O senhor Antônio Adevaldo (CP7) relatou a discussão da CP7
840 sobre a tecnologia "Sisteminha" da Embrapa, destacando insatisfação com sua
841 implementação sem consulta adequada aos territórios. Recomendou-se a revisão do
842 tema dentro do CONSEA. Também foi abordada a questão da vigilância sanitária, com
843 a necessidade de maior participação da Anvisa e da Secretaria de Defesa Agropecuária
844 do MAPA. Reivindicou-se a criação de um GT para tratar da questão sanitária de
845 produção e comercialização de produtos de povos e comunidades tradicionais, bem

846 como a inclusão dessa pauta no Plansan. Foram destacadas como prioridades para
847 2025 a priorização de compras públicas de povos e comunidades tradicionais,
848 impulsionamento do PAA e PNAE e revisão do Cadastro Único para garantir a inclusão
849 adequada desses povos. Outras recomendações importantes incluíram a adequação de
850 editais, como o do Fundo Amazônia, e o reconhecimento dos modos de produção e
851 comercialização das comunidades tradicionais. A conselheira Juliana Casimiro destacou
852 que o GT de Cultura teve um funcionamento parcial ao longo do ano, com pouco
853 tempo para desenvolver seu trabalho. No entanto, foram alcançados resultados
854 relevantes, incluindo a elaboração de um documento síntese e recomendações sobre
855 cultura alimentar nas políticas públicas. Ela ressaltou a importância da participação do
856 MDS e agradeceu pelo apoio. Juliana enfatizou o desafio de ampliar espaços de escuta
857 qualificada e metodologias mais inclusivas para abordar a cultura alimentar de forma
858 dialógica. O senhor Lino Cesar Cunumi agradeceu a todos os presentes e compartilhou
859 sua experiência na plenária. Expressou incerteza sobre sua participação futura, devido
860 a compromissos pessoais e profissionais, mas reafirmou seu compromisso com a luta
861 pelos direitos indígenas. Destacou sua trajetória de 45 anos na região de Foz do Iguaçu
862 e a luta contra os impactos da construção de Itaipu, que resultou na perda de 36
863 aldeias. Informou sobre avanços recentes na aquisição de terras para comunidades
864 indígenas e o reconhecimento legal dos direitos dos povos originários. A Secretaria-
865 Executiva, senhora Marília Mendonça Leão, apresentou um balanço das atividades da
866 Secretaria-Executiva, incluindo desafios enfrentados desde a reinstalação do Conseia
867 em 2023. Destacou a ausência inicial de infraestrutura, memória institucional e
868 recursos financeiros, bem como os esforços para recuperar dados e restabelecer a
869 estrutura do Conselho. Apresentou o processo de nomeação dos representantes e os
870 avanços alcançados em 2024, incluindo a inclusão do Conseia no orçamento da União e
871 no Plano Plurianual (PPA). Foram apresentados os objetivos estratégicos para os
872 próximos anos, incluindo a realização de seis reuniões plenárias anuais, a aprovação de
873 recomendações e o planejamento do Encontro +2 da 6º Conferência Nacional de
874 Segurança Alimentar e Nutricional. Destacou-se o cumprimento das metas
875 estabelecidas no PPA e a superação do número previsto de recomendações aprovadas.
876 Foram realizadas capacitações internas, incluindo letramento racial e formação sobre
877 povos e comunidades tradicionais. A equipe também passou por treinamentos nos
878 sistemas de gestão do governo e segurança institucional. Foram detalhados os custos
879 operacionais do Conseia, incluindo passagens, diárias e serviços necessários para a
880 realização das plenárias e eventos. Destacou-se a importância da manutenção do
881 orçamento para garantir a continuidade das atividades. A Presidenta do Conseia,
882 senhora Elisabetta Recine, agradeceu o empenho de todos os membros e reforçou a
883 importância da participação ativa nas próximas etapas. A presidente do Conseia,
884 Elisabetta Recine, agradeceu à equipe do Conselho pelo esforço e dedicação na
885 organização das reuniões, destacando os desafios burocráticos e a precariedade de
886 recursos enfrentados. Ressaltou a importância do compromisso coletivo e desejou um
887 caminho de prosperidade para todos. Informou sobre a seleção de novas organizações
888 para compor o próximo Conseia, reforçando a diversidade e potencial do grupo. Laís
889 Amaral (CP2) divulgou um evento sobre a nova cesta básica de alimentos, organizado
890 pelo MDS com apoio do IDEC, no dia 6 de dezembro, de forma presencial e online. Por
891 fim, Recine desejou boas festas e encerrou a reunião. Como resultado dos trabalhos
892 dessa sessão Plenária 03 (três) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a

893 saber: Recomendação nº 24/2024/CONSEA/SG/PR - propondo revisão à política de
894 juros, de subsídios e de renúncia fiscal que implicam em altos juros à sociedade,
895 reduzindo o orçamento da União nas áreas da segurança alimentar e nutricional, social
896 e ambiental; Recomendação nº 25/2024/CONSEA/SG/PR – sobre mecanismos para
897 identificação, prevenção, mitigação e gerenciamento de situações de conflitos de
898 interesse na interação com a empresa Coca-Cola® e com outros atores não estatais na
899 formulação e implementação de políticas, programas e ações voltadas à superação da
900 pobreza e da fome e que visem à promoção da segurança alimentar e nutricional; e,
901 Recomendação nº 28/2024/CONSEA/SG/PR – sobre a elaboração do Marco de
902 Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas. Encerrada a 6ª Reunião
903 Plenária Ordinária e eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei
904 e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretaria-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 28/02/2025.